

Políticas públicas e formas organizativas para a superação da violência na escola

Aurea Maria Guimarães;
Luiz Antonio Miguel Ferreira

Como citar GUIMARÃES, A. M.; FERREIRA, L. A. M. Políticas públicas e formas organizativas para a superação da violência na escola. *In*: III ENCONTRO de educação do oeste paulista: políticas públicas: diretrizes e necessidades da educação básica: resumos. Marília: Unesp Marília Publicações, 2001. p. 251-268. DOI: <https://doi.org/10.36311/2001.978-85-60810-32-1.p251-268>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

GT8: POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAS ORGANIZATIVAS PARA A
SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Expositores: Aurea Maria Guimarães
Luiz Antonio Miguel Ferreira
Coordenação: Maria Valéria Barbosa Veríssimo
Alberto Albuquerque Gomes

IMAGENS DA VIOLÊNCIA NA ESCOLA: UM CONVITE PARA O OLHAR

ÁUREA M. GUIMARÃES¹

Possuindo a violência uma natureza convulsiva, informe, irregular, obscura, ela se apresenta como um fenômeno rebelde à análise. Esse fato nos leva a lançar mão de um conjunto de teorias que tentam dar conta de suas manifestações em nossa sociedade, pois não conseguimos compreendê-la de uma única maneira.

Mas, meu objetivo, nesse encontro, não será trazer para a discussão as teorias sobre o assunto e sim, mostrar como a violência adquire diferentes modulações, inscrevendo-se num duplo movimento entre destruição e construção. Em conexão a esses aspectos, acrescento um terceiro plano, o da desconstrução, referindo-me aqui às artes, à literatura, à educação.

O elemento de **construção** está presente toda vez que se tenta, por meio da violência, manter a ordem estabelecida, fazer imperar os valores de uma sociedade. Um exemplo de valor que vem se firmando é o de cidadania enquanto sinônimo de consumo. Cidadão é aquele que adquire bens. O importante é ter dinheiro, não importando sua origem, se do mundo do crime ou do trabalho.

O ganho fácil, o fascínio pelas armas, pelas drogas, pelo controle de um território solidificam as engrenagens de uma "guerra privatizada", principalmente entre os jovens, guerra essa que apesar de matar, está submissa à lógica do mercado.

Por outro lado, quanto mais injusta uma sociedade, quanto mais desigual e desvinculada de um enraizamento coletivo, teremos as manifestações de **destruição**, tentando se opor ao estabelecido de forma violenta, como nos arrombamentos, fúrias urbanas, quebra-quebras, tumultos.

Essa modalidade de violência, denominada por Michel Maffesoli de "violência dos poderes instituídos", expurga o que não é evidente, concreto, transparente, o que não está de acordo com as regras econômicas, ocasionando uma exacerbação da violência cotidiana.

¹ UNICAMP, Campinas/ S.P.

Enquanto a “violência totalitária” é o passaporte para se adquirir prestígio e poder, a “violência fundadora” leva ao que Maffesoli considera a destruição, eu diria **desconstrução**, das ordens tidas como naturais, definitivas. A imagem pronta e acabada da visão oficial é destruída, tornando possível o surgimento de outras visões, de outras verdades.

Uma alternativa para se trabalhar o tema da violência na escola, talvez esteja na possibilidade de nos determos nesse elemento de desconstrução da violência, tentando, por exemplo, acompanhar o movimento que poetas, pintores, escritores, cineastas fazem no sentido deles mergulharem nas imagens da violência, não para compactuar com ela e sim para ir em busca do que ainda não foi criado. Portanto, ao perceber as imagens da violência, por meio da imaginação, “o mundo pode se organizar diante de mim”, abrindo novas perspectivas de visão.

A poesia, como uma escrita literária, é capaz de germinar o nosso entendimento sobre o mundo. Bachelard refere-se à “imaginação dinâmica”, aquela que impulsiona o pensamento e nos leva a um aprofundamento de nossa própria existência.

Em um CD do grupo *rap* Consciência Humana existe uma faixa intitulada “Mãe África”. A letra poética sugere imagens de violência e de sofrimento.

Ao estabelecer um fluxo com a nossa memória, a letra nos leva a várias direções, entre elas, o passado, não para repeti-lo, e sim re-criá-lo para “ser livre de não ser o que se foi”, como diria Mircea Eliade. Essa idéia pode ser encontrada em forma de imagens presentes, por exemplo, nas obras de alguns pintores. A referência pode ser feita a artistas que expressam a dor humana diante da guerra, da miséria, da exploração. Eles conseguiram, com a estética de seus trabalhos, retirar do silêncio pessoas, objetos, personagens da nossa história que permaneceram mudos, massacrados pela violência destruidora dos grupos no poder.

As gravuras de Goya, em sua famosa série “Os Desastres da Guerra” (iniciada em 1810), scandalizaram a aristocracia espanhola ao mostrar corpos nus, mutilados, desmembrados, pendurados, espetados nas árvores. As cenas de atrocidade denunciam a crueldade da guerra não apenas daquela vivida pelos espanhóis durante a ocupação francesa, mas também de todas as outras enfrentadas pela humanidade.

Outro artista sensível ao tema da guerra foi Pablo Picasso. Em "Guernica" (1937), retrata o massacre de mulheres e crianças na guerra civil espanhola. Em "Mulher Chorando" (1937), Picasso retoma os esboços feitos para Guernica e amplia os traços da mãe que carrega seu filho morto nos braços.

Influenciado por Picasso, Portinari iniciou uma série de pinturas, chocando o público brasileiro com as expressões de sofrimento e angústia que passam a impregnar as figuras presentes em suas obras, como por exemplo, em "Retirantes" (1944). Nesse quadro, encontramos imagens de famílias pobres e desabrigadas que passavam por sua cidade no período de sua infância.

Quando vejo as imagens desses quadros, enxergo nelas uma forma de conhecimento. "Guernica" não apenas ilustra o tema da guerra, ou da escola cubista, pois ao atingir a imaginação do observador, a obra que se mostra faz com que essa imaginação vá se modulando em imagens que ampliam o horror da guerra, da violência urbana, de todos os massacres que têm atingido a humanidade.

Quanto ao cinema, sabemos que ao fazer parte da indústria cultural ele deve atender os interesses do mercado de entretenimento, obedecendo as pressões tanto dos produtores quanto dos valores do grupo que se instala no poder. Ao mesmo tempo, o cinema também carrega em si um potencial de liberdade. Nos filmes em que as cenas são mais longas (plano-seqüência demorado) e os cortes entre as cenas (montagem) mais lentos, o tempo se amplia e o espectador pode abrir sua imaginação em múltiplas imagens.

Segundo Pasolini, fazer um filme obriga a olhar as coisas, eu digo que assisti-lo também é participar desse olhar. Conhecendo os recursos técnicos de que se utilizam os diretores podemos perceber como o filme é construído e como suas imagens condicionam a produção de uma estética, ampliando a compreensão do mundo.

O filme "O Ódio", do diretor Kassovitz, por exemplo, tem uma abertura que dura aproximadamente 5 minutos. Utilizando plano-seqüência demorado, o cineasta manuseia a câmera de modo a aproximá-la o máximo possível dos personagens e dos objetos que estão sendo destruídos. O público acompanha os movimentos que vão dos atores para os objetos e vice-versa. Esse jogo do olhar, conseguido pelo efeito de uma técnica e acompanhado pelo som de um *reggae* que

contrasta frente às cenas de violência apresentadas, faz com que o espectador perceba a presença de um forte sentimento permeando o quebra-quebra, o tumulto entre as pessoas, apreenda as formas históricas e culturais dos gestos, do olhar, das relações com os objetos, com as instituições.

Meu objetivo portanto, é oferecer ao educador possibilidades de investigar que suportes a narrativa das imagens oferece para uma representação da violência que remeta a uma experiência do olhar. Trata-se de não separar o sujeito que olha daquilo para o que ele olha; de ver o que os personagens olham e através desses pontos de vista apreendermos o que cada um imagina diante dos conflitos presentes nas próprias imagens.

Enquanto a mídia corrompe o nosso olhar sobre os objetos, eliminando as contradições sociais, acredito que a escola possa ser um dos poucos lugares onde se poderia ter uma visão ampliada do mundo; onde se poderia retirar do silêncio os objetos da cultura que permanecem mudos, silenciados, devolvendo a eles seu potencial de sentido.

O que tento realizar não é um programa visual didático que "reeduque" os sentidos dos alunos, e sim um convite para o olhar, fornecendo imagens que permitam aos alunos se deslocar de um mundo já dado e conhecido pelos meios de comunicação e que eles (alunos) conhecem muito mais e melhor do que nós, acostumados a ler e a refletir sobre textos escritos. O trecho de uma entrevista de Kassovitz a esse respeito é esclarecedor. Diz ele: "não é interessante dizer ao espectador: 'olhe o que se passa', e mostrar-lhe, depois, algo violento. O interessante é ver o que é que cada um olha e, através desse ponto de vista, apreender o que ele pensa (...)".

Se as imagens presentes na escola não fizerem pensar numa imagem ausente, se uma imagem não provocar a explosão de outras imagens, não haverá imaginação, não haverá criação de conhecimento sobre a realidade.

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E
RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

CONSCIÊNCIA E LUTA: O OLHAR DA ADOLESCENTE NEGRA PARA A SOCIEDADE QUE A CERCA. ROQUE, D. O. (Departamento de Didática - FFC - Unesp - Campus de Marília).

Este estudo é resultado do trabalho de conclusão do curso de Pedagogia na UNESP no ano de 2000. O tema foi escolhido a partir de observações em entidades assistenciais que tratam de crianças e adolescentes na cidade de Marília, nessas observações notamos que nas relações afetivas entre os adolescentes ocorria geralmente uma paquera: as meninas brancas e negras paqueravam tanto os meninos brancos como os negros; os meninos tanto brancos como os negros paqueravam, na maioria das vezes, apenas as meninas brancas ficando muitas vezes as meninas negras excluídas desse processo. Deste modo para compreendermos como ocorre as relações afetivas entre os adolescentes e, em particular, com a adolescente negra decidimos pesquisar o 3º ano do ensino médio, por acreditar que este seja um período decisivo na vida das adolescentes, uma vez que corresponde a um período de maior maturação sexual, psicológica e social; o momento da escolha profissional e a saída para o mercado de trabalho. Sendo assim esta pesquisa teve por objetivo identificar como as adolescentes negras convivem com o preconceito/racismo; como elas lidam com os padrões de beleza impostos pela sociedade; quais as imagens positivas de mulheres negras que elas enxergam na sociedade e perceber como se dá a relação (paquera/namoro) menino/menina dentro do espaço escolar. Para a realização desta pesquisa foram selecionadas duas escolas Estaduais da cidade de Marília, uma localizada no centro e outra na periferia, inicialmente foram feitas observações nas salas de aula a fim de perceber a dinâmica dos alunos e as suas relações interpessoais; posteriormente foram confeccionados questionários com perguntas abertas e fechadas, um foi direcionado para o conjunto da sala e o outro para as adolescentes negras. Das observações e do questionário podemos notar que existe diferença de tratamento por parte dos meninos em relação à menina negra/branca; a definição de bonito e feio, refletem os preconceitos racistas existentes na sociedade brasileira; poucos adolescentes conseguiram identificar mulheres negras de destaque na sociedade e o pertencimento racial tende a interferir nas relações da paquera/namoro.

Orientadora: Matha dos Reis.

PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR PARA ABORDAGEM DE PROBLEMAS DE INDISCIPLINA, VIOLÊNCIA E HIPERATIVIDADE EM SALAS DE AULA. PIRAVANO, K. R. C.; BORGES, C. L. (Depto. Educação - Unesp – Campus de Assis).

Em janeiro de 1999, fui coordenadora de equipe de alunos de diferentes áreas do conhecimento em atuação no Programa “Universidade Solidária”. Este Programa é coordenado pelo Conselho da “Comunidade Solidária”, ação do governo federal brasileiro, colocado em prática por meio de parcerias entre universidades de todo o Brasil e municípios do Norte e Nordeste. A UNESP desenvolveu atividades de extensão universitária no município de Brejão, na região do Sertão de Pernambuco. Entre os alunos estava uma aluna de Educação Física que desenvolveu ações educativas com alunos e professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental, com a participação da coordenadora da equipe. As ações visaram ao aprimoramento da prática educativa em sala de aula e, principalmente, ao enfrentamento de problemas como a indisciplina, a violência e a hiperatividade em sala de aula, destacados pelos professores locais como seus grandes obstáculos. Para programação, aplicação e acompanhamento das ações, aliaram-se duas áreas do conhecimento: a Psicologia, representada pela professora coordenadora da equipe e a Educação Física, representada pela aluna. A proposta de trabalho foi uma ação interdisciplinar entre as duas áreas, de forma a sugerir e intervir em encaminhamentos de possibilidades para superação dos problemas citados,

decorrentes do atual ensino brasileiro. Trabalharam-se corpo/mente/afeto através de dinâmicas de grupo, exercícios de relaxamento, psicodramas, entre outras ações. Os envolvimento que se deram durante o trabalho, as relações interpessoais, as descobertas que se fizeram durante o período de trabalho, as dimensões interativas (de conhecimento, de afinidades ou de discordância) e, por fim, os resultados obtidos e a própria convivência refletem possibilidades, perspectivas de construção de conhecimento coletivo e um novo modelo de relações entre as pessoas no interior da escola. Quanto às reflexões acerca da indisciplina e violência, os envolvidos avaliaram as ações como subsidiadoras da compreensão da vida escolar, a realidade pessoal da vida de cada pessoa envolvida e o conhecimento de estratégias a serem utilizadas para minimizar os problemas enfrentados. A inter-relação entre a Psicologia e a Educação Física confirmou a efetividade de ações envolvendo, ao mesmo tempo, investimentos no corpo, seu (re)conhecimento, movimento e relaxamento e as esferas cognitiva, afetiva e emocional.

FILHOS DE PRESIDÁRIOS: ESTIGMAS, HISTÓRIAS E REPRESENTAÇÕES.
MIYASHIRO, S. R. G. (Depto. de Sociologia e Antropologia – Unesp – Campus de Marília - CNPq/ PIBIC).

Diante do aumento da população carcerária brasileira, tanto masculina como feminina, surgem algumas questões ao pesquisador: em quais condições vivem as famílias desses presidiários? Possuindo filhos, quem são seus atuais responsáveis? Como vivem na ausência de um dos progenitores? Os familiares de presos encontram-se numa situação fronteiriça entre os presos e o restante da sociedade, ou seja, entre o “bem” e o “mal”, a eles é destinado todo o ódio, repúdio e estigma que cercam os presidiários. A presente pesquisa tem por objetivo conhecer as condições de vida dessas famílias, mais especificamente dos filhos desses presidiários, assim como a representação que possuem da família e da escola, incluindo ainda a análise do seu desempenho escolar. A pesquisa está sendo desenvolvida em uma escola da periferia da cidade de Marília-SP. Através de um levantamento informal junto aos professores, verificamos a existência de crianças nessas condições. Iniciamos as observações de caráter sistemático no interior do espaço escolar, realizamos entrevistas com os professores e com a direção da escola. Como forma de apreender o olhar da criança sobre a família e a escola, utilizamos a técnica do desenho infantil seguido de seus relatos. Atualmente estamos acompanhando o caso de quatro crianças entre 7 e 10 anos de idade. As observações realizadas no espaço escolar permitiram ao pesquisador analisar o processo de socialização dessas crianças. Observamos que em geral elas apresentam dois tipos de comportamentos: por um lado, podem ser agressivas e, por outro, retraídas e inseguras. As crianças experimentam diante da reclusão de um dos progenitores uma variedade de emoções que incluem: medo, raiva, tristeza, culpa e isolamento social devido à carga de estigma que carregam. Apesar de terem a reclusão de um dos progenitores em comum, cada criança retratou de forma particular, através do desenho, essa ausência. Na entrevista com os professores e com a diretora verificamos a importância atribuída à família enquanto instituição social responsável pelo bem estar da criança, isso quer dizer que, se a criança apresenta algum problema, a culpa é da família. Além dessa visão sobre a família, observamos o quanto essas crianças são estigmatizadas dentro da instituição escolar, através de “brincadeiras” por parte das outras crianças ou diante do discurso e atuação dos professores.

Orientadora: Ethel V. Kosminsky.

A RELAÇÃO PROFESSOR/CRIANÇA NEGRA: A BUSCA DE UMA IDENTIDADE
MARTINS,R.F. (Departamento de Educação - FCT - Unesp – Campus de Presidente Prudente – FAPESP).

Neste trabalho busco investigar as causas do chamado “Fracasso Escolar”, das crianças negras estudantes de escolas municipais de Presidente Prudente. Uma série de mecanismos históricos, econômicos e psicológicos têm sido apontados como as causas do fracasso escolar. Dentre esses, busco, de um lado compreender o papel da escola enquanto uma instituição que reproduz ideologias da cultura dominante e, por outro lado, os efeitos causados na construção da identidade da criança negra e os conflitos que ela vivencia dentro da escola que terminam por conduzi-la ao abandono da educação formal. Verificarei este fato observando as atitudes dos professores diante do preconceito racial e a postura que os mesmos adotam em sala de aula, frente ao racismo. Nesse sentido, pretendo investigar como na atualidade se estabelece o relacionamento entre os professores e seus alunos negros e como os mecanismos de seleção/exclusão pela cor se fazem presentes nessa relação. Estudos demonstram que a democratização do ensino que começa a se acentuar na década de 60, não foi capaz de atingir de forma significativa a população negra. Pesquisas realizadas principalmente a partir dos anos 70 demonstram que a permanência do negro na escola e sua real alfabetização “era” algo muito difícil de ser conseguido, sendo assim o negro torna-se a grande vítima do fracasso escolar. As pesquisas dos anos 90 continuam apontando as crianças negras como os indivíduos que menos atingem o sucesso escolar. Por outro lado, alguns autores demonstram que o racismo existe no Brasil, mas que continua sendo mascarado e reforçado através do mito da democracia racial. Ora, as escolas públicas estariam imunes a esse racismo? Seriam elas reprodutoras do mito da democracia racial? Como os professores se relacionam com seus alunos negros e em que medida sua atenção é marcada pelo lugar que a classe social designa a todos os negros? São essas algumas das questões que pretendo investigar em minha pesquisa. Este trabalho será orientado por uma abordagem qualitativa e se dará de acordo com as normas de pesquisa etnográfica que permite uma maior flexibilidade no que tange às questões educacionais. A coleta de dados será feita em um primeiro momento, através da observação. A princípio pretendo ser apenas uma espectadora, recolhendo informações pertinentes, mas o envolvimento direto ou não na observação não está descartado dependendo da situação estudada, o que poderá levar-me a ser um “observador participante”.

Orientadora: Gislene Aparecida Santos.

VIOLENTOS OU VIOLENTADOS?: CAMINHOS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NA ESCOLA .SILVA, Reginaldo de Souza (Unesp – Campus de Marília - UESB-VC/DFCH).

Os profissionais da educação assim como os alunos e seus familiares convivem, dioturnamente, com atos de violência, expressada nos meios de comunicação de massa e vivenciada no interior das várias instituições da sociedade civil. Nos últimos anos esta problemática tem se agravado no interior de nossas escolas como reflexo das condições econômicas e sociais por que passa o país. Algumas iniciativas têm sido desencadeadas para a busca de resposta no que tange a instituição escolar . Entretanto, dúvidas e questionamentos são levantados. Afinal qual o papel da escola diante do quadro de agravamento da questão? Estaria a escola e seus profissionais preparados para o enfrentamento e a busca de soluções? Quais os caminhos a serem propostos e/ou seguidos? Quais as formas de organização para a superação da violência na escola? A partir destes e outros questionamentos, pesquisas, experiências em trabalho junto a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social e de relatos levantados a partir de um curso sobre disciplina ou “*indisciplina*”

na escola, desenvolvido com professora(e)s de uma escola pública no Estado de Mato Grosso do Sul, buscamos levantar possíveis caminhos junto aos referidos profissionais. Partindo de estudos teóricos sobre os temas violência e disciplina e de práticas construídas de forma individual e fragmentadas no interior da escola, iniciamos uma reflexão sobre como e por onde começar. Que dados ou fatos a escola e/ou professore(a)s se baseiam para suas ações? A experiência demonstrou que é preciso antes conhecer a realidade para poder intervir, necessitamos de um diagnóstico. Mas, estariam os caminhos para o enfrentamento e os sujeitos do processo, professores, alunos, funcionários pais e mães sendo violentos ou violentados? É a partir deste quadro que começamos o processo de reflexão na busca da construção de um projeto pedagógico capaz de responder aos desafios que a realidade nos apresenta, notadamente a partir do novo reordenamento jurídico institucional proporcionado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

A DISCIPLINA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES. LEITE, Y. U. F.; MACHADO, V. M.
(Departamento de Educação - FCT – Unesp – Campus de Presidente Prudente).

O projeto Núcleo de Ensino da FCT/ Presidente Prudente vem estudando desde 91 o fracasso escolar e a formação de professores, privilegiando como objeto de estudo o curso normal. Um dos objetivos desse Projeto se constitui na busca de melhoria da qualidade da formação do professor em nível médio. Para tanto, foi necessário trabalharmos com o Projeto Pedagógico do Curso, iniciando um estudo de aprofundamento do conteúdo das disciplinas pedagógicas do curso normal. Nosso estudo consistiu em analisar os programas de ensino, a proposta pedagógica da CENP e o material utilizado pelo professor do curso normal da disciplina de Estrutura e Funcionamento do Ensino. Através de reflexões acerca da disciplina, observamos que a mesma foi criada no contexto das Reformas Educacionais pós 64 e tinha como objetivo difundir a Política Educacional da época e implementar a nova lei 5.692/71, dando a disciplina um caráter altamente legalista e funcionalista. Entretanto, outros estudos mostram que a disciplina evoluiu, visando atualmente, manter a legislação como ponto de referência, mas privilegiar a reflexão sobre a problemática da escola, tendo em vista perspectiva de superação. Assim, o eixo norteador da disciplina passa a ser a discussão das alternativas possíveis à reconstrução da escola, a partir do quadro dramático da educação nacional. Isso só será possível através do desenvolvimento de um estudo crítico do ensino nos aspectos legais, técnicos e administrativos, inserindo o futuro docente a compreender a realidade da escola pública, conhecer a função social da escola, compreender criticamente os dispositivos legais, o contexto de sua criação e entender o papel do professor enquanto sujeito histórico. Acreditamos que a disciplina é fundamental nos cursos de formação de professor, pois auxilia aos alunos a construir sua identidade profissional de ser professor, a compreensão do papel da escola pública, uma compreensão crítica e política da lei, de forma a possibilitar condições para intervenções possíveis na realidade educacional presente, no sentido da superação dos problemas existentes. Verificamos que a disciplina parece ser pouco considerada e refletida entre os professores da área. Nota-se a necessidade de delimitar melhor o papel da disciplina, pois muitos professores ainda, continuam concebendo-a como em sua origem, de forma a-crítica, baseada apenas em um enfoque legalista.

CURRÍCULO E POLÍTICA: O CASO DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL FELIPE SCHIMIDT DO PROJETO ESCOLA SEM FRONTEIRAS. LAMAR, Adolfo Ramos; CORRÊA, Adriana. (Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade Regional de Blumenau - SC).

O currículo nas escolas municipais do município de Blumenau tem sofrido diversas mudanças nos últimos tempos. Tais mudanças curriculares podem ser discutidas à partir de diferentes perspectivas. O presente trabalho tem como objetivo identificar as relações sócio-políticas presentes no currículo da Escola Básica Municipal Felipe Schmidt do Projeto da Escola Sem Fronteiras do município de Blumenau-SC. O município de Blumenau em especial a rede pública municipal implantou em 1999 os ciclos de formação. A proposta do projeto escola sem fronteiras previa acesso, permanência e sucesso, gestão democrática e os ciclos de formação. Nesse contexto, a secretaria municipal de educação propôs a reorientação do seu currículo, visto que a proposta não se coadunava com o currículo que se tinha. A pesquisa em andamento, busca através da epistemologia social de Thomas S. Popkewitz analisar as relações que envolvem o poder, conhecimento, progresso, mudança, que circulam e são manifestadas no currículo da rede municipal de Blumenau. os significados que os professores da escola pesquisada possuem em relação à esse currículo. O estudo de caso será utilizado como possibilidade de inserção na realidade da escola. os instrumentos de coleta de dados contarão com entrevistas com os professores, gestores e articuladores da proposta da secretaria municipal de educação, análise de documentos oficiais e correspondências internas, bem como, histórias de vida para a compreensão da trajetória dos sujeitos envolvidos. No levantamento de alguns dados, constata-se que o currículo possui significados diferentes para os professores das diferentes áreas e alguns documentos revelam sinais de falta de uma concepção consistente para a sustentação da proposta.

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA : EM BUSCA DA SUPERAÇÃO DO DISCURSO. REIS, M. dos; BRABO, T.S. A. M. (Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania de Marília – FFC - Unesp - Câmpus de Marília).

Tendo como fonte de inspiração a Declaração Universal dos Direitos do Homem, sem perder a sintonia com os Programas Nacional e Estadual de Direitos Humanos, propusemos à PROEX – Pró - Reitoria de Extensão Universitária da UNESP, o Projeto de Extensão Universitária “Educação para a Cidadania”, em desenvolvimento desde 1998, junto ao NUDHUC – Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania de Marília. Entre os resultados efetivamente concretizados pode-se destacar : o desencadeamento de um processo contínuo de formação para a cidadania de professores e alunos dos três níveis de ensino; o estabelecimento de um intercâmbio entre Universidade e Comunidade através do levantamento de dados que permitissem diagnosticar as violações cotidianas de direitos na população de Marília; a elaboração de material didático - pedagógico e a discussão sobre metodologias de ensino voltadas para a educação de crianças e jovens adolescentes cujo cotidiano é marcado por privações de toda ordem; um trabalho contínuo de educação para a cidadania sobre a questão das minorias sociais priorizando, entre elas, a mulher com o propósito de desencadear debates e reflexões sobre as questões de gênero em nossa sociedade. Entendendo que educar para a cidadania é uma tarefa que se faz através de um processo contínuo de discussões, reflexões e ações voltadas para a construção de uma sociedade mais justa e solidária e que a Universidade não pode se isentar desse processo, em 1999, o NUDHUC, numa perspectiva de união entre teoria e prática, se colocou como principal desafio subsidiar e coordenar o processo de elaboração do Programa de Direitos Humanos do Município de Marília. Os trabalhos se pautaram pela compreensão de que um Programa como o proposto, devia ser elaborado pelo conjunto da sociedade.

Este processo consistiu na conjugação das experiências de formulação de pesquisas e de produção de análises presentes na Universidade com a vivência que a população tem no seu cotidiano ao conhecer e enfrentar seus problemas. No entanto, para que haja a efetiva concretização do Programa Municipal de Direitos Humanos, torna-se necessário dar continuidade ao amplo trabalho de educação para a cidadania junto aos envolvidos. Dessa forma, o NUDHUC, reunindo suas qualidades de trabalho teórico e de pesquisa, utilizando-se do potencial da Universidade e da capacidade de intervir, em conjunto com entidades civis e grupos sociais organizados, sobre a realidade social diagnosticada para a elaboração do Programa, prioriza, entre as suas ações, um trabalho que busque a superação do discurso na construção da cidadania e na defesa e promoção dos direitos humanos.

PROGRAMA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS DE MARÍLIA-SP. DRUZIAN, L.
(Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania de Marília-SP).

O Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania de Marília (NUDHUC) foi fundado em novembro de 1996 a partir de um desafio feito pelo Nobel da Paz, Adolfo Perez Esquivel a diversas entidades presentes na VI Jornada Pedagógica – Educação pela Paz, realizada na Unesp – Marília. O NUDHUC, que tem como compromisso prioritário da sua agenda a preocupação com os direitos humanos, lançou, durante o ano de 1998, a proposta de elaboração do PMDH – Programa Municipal de Direitos Humanos – Marília, conclamando setores da sociedade civil organizada, setores públicos e comunidade mariliense em geral no sentido de trabalharem para a sua elaboração. No dia 10 dezembro de 1998, dia em que se comemorou os 50 anos da assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi selado o compromisso público de várias entidades, instituições públicas e autoridades municipais para iniciar os trabalhos de elaboração do PMDH – Marília, sob a coordenação do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania. O PMDH foi inspirado nos moldes do Programa Nacional e do Estadual e adaptado à realidade de Marília. Os princípios que nortearam os trabalhos se pautaram pela compreensão de que um Programa como o proposto deveria ser elaborado pelo conjunto da sociedade para que tivesse condições efetivas de se concretizar. Dessa forma propôs-se parcerias entre os setores públicos e sociedade civil com o objetivo de realizar ampla discussão pública sobre os temas e problemas que afetam diretamente a população de Marília para que se estabelecesse um Programa de ação concreta na área de direitos humanos, cujos resultados dependem da forma como os poderes públicos e sociedade civil se comprometeram com a elaboração do mesmo. O NUDHUC, composto por representantes de várias entidades, propôs a instalação do Fórum Pró Elaboração do PMDH – Marília, realizado em 24 de abril de 1999, com o objetivo de fornecer subsídios para as discussões em prol da elaboração do Programa, foram constituídas nove comissões de trabalho temáticos: Saúde, Educação, Meio Ambiente, Comunicação e Cultura, Emprego e Geração de Renda, Infra-estrutura Urbana, Minorias e Discriminação, Criança e Adolescente e Segurança Pública, Justiça e Sistema Prisional. Cada comissão de trabalho coordenou debates, seminários, palestras, encontros envolvendo a sociedade civil organizada e os poderes públicos nas discussões de problemas específicos de cada área, resultando na apresentação das propostas que integram o Programa. Além dos trabalhos desenvolvidos pelas áreas temáticas, houve discussões gerais onde o conjunto das propostas elaboradas puderam ser visualizadas e debatidas na sua totalidade. Após um ano de ampla discussão pública, o NUDHUC concluiu a elaboração do Programa Municipal de Direitos Humanos de Marília (o primeiro no país sob esse molde) como resultado de um processo que envolveu a participação de aproximadamente 2000 pessoas preocupadas e comprometidas com a sua real concretização.

O CONSENSO EDUCACIONAL E A MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL. MILITÃO, S. C. N. (Programa de Pós-Graduação em Educação – FFC – Unesp – Campus de Marília).

Seguindo tendências continentais e orientações da atual agenda educacional dos organismos educacionais, principalmente o Banco Mundial, o Governo Federal instituiu a municipalização do ensino fundamental nos anos 90 através da promulgação da nova LDB (Lei nº 9394/96) e da regulamentação da Emenda Constitucional nº 14 (Lei nº 9424/96), que criou uma subvinculação dos recursos destinados constitucionalmente à educação através da instituição do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). A pesquisa aborda a questão da municipalização do ensino fundamental a partir do contexto político-econômico no qual foi instituída, desvelando que ela é parte de um programa mais amplo de reformas desencadeado pelo neoliberalismo na América Latina. Através de leituras específicas de textos referentes à temática e de análise documental, constata-se que o processo de municipalização em curso difere das propostas de municipalização do ensino formuladas em outros períodos da história da educação brasileira, sendo mais uma tese político-econômica do que pedagógica. O atual modelo de municipalização, apoiado na idéia de estado – Mínimo, visa apenas reduzir o papel do Estado no campo educacional. Ao contrário dos argumentos utilizados a seu favor (maior eficiência, autonomia, maior participação da comunidade, melhoria da qualidade escolar, etc.), a municipalização do ensino fundamental representa apenas uma transferência de responsabilidades, na qual este nível de ensino deixa de ser obrigação das esferas federal e estadual e passa a ser obrigação municipal. Através da municipalização do ensino fundamental o Estado descentraliza as responsabilidades pela oferta da educação pública, mas continua centralizando em suas mãos o controle do processo educativo. Desta forma, sai de cena o Estado executor das políticas educacionais, dando lugar a um Estado apenas controlador ou avaliador das políticas educacionais.

GÊNERO E INDISCIPLINA: PRÁTICAS ESCOLARES NO COTIDIANO DE ALUNOS (AS) DE 8ª SÉRIE. SANTOS, L. P. (Departamento de Educação - FCT – Unesp - FAPESP).

Esta pesquisa pretende relacionar a questão da indisciplina com as produções de padrões de masculinidade e feminilidade estabelecidos pela escola, entendendo-se esta instituição como uma das dimensões sociais responsáveis pela produção e re (produção) das desigualdades fundadas nas diferenças de gênero. A pesquisa está sendo desenvolvida com alunos e alunas de 8ª série da escola estadual “Professora Maria Luiza Bastos”, tendo por objetivo estudar seus comportamentos considerados indisciplinados, compreendendo também como os educadores e educadoras definem / tratam o que seja a indisciplina dos meninos e das meninas e se tais profissionais, através de suas práticas sutis e muitas vezes imperceptíveis, produzem hierarquizações e diferenciações entre os comportamentos dos alunos e das alunas. A pesquisa está sendo feita a partir de instrumentos diversificados que permitam um confronto entre o que está dito e o que é realizado: estudos bibliográficos, observações detalhadas, entrevistas semi – abertas com os (as) profissionais e análise do livro que contém os registros de ocorrências disciplinares referentes ao corpo discente. Os resultados obtidos até o momento mostram que a indisciplina é um dos principais problemas que a escola enfrenta e esta é muitas vezes entendida como a adequação do comportamento do (a) aluno (a) aquilo que o (a) professor (a) deseja, onde muitas vezes, estes comportamentos são tratados de modos diferentes quando se tratam de meninos e de meninas. Neste sentido, há uma maior exigência para as alunas do que para os alunos, de modo que elas demonstrem aqueles comportamentos que são socialmente e culturalmente aceitos, como maior responsabilidade com os estudos, uma maior sensibilidade e fragilidade.

Orientadora: Maria de Fátima Salum Moreira.

A DISCIPLINA E A EDUCAÇÃO EM VALORES NA ESCOLA. KLÉBIS, Augusta B. S. Oliveira. (Departamento de Pós-graduação em Educação - FFC – Unesp – Campus de Marília).

Esse trabalho foi desenvolvido como parte da disciplina “Psicologia da Moralidade - Aspectos Teóricos de Pesquisa e Aplicações Educacionais na formação de Professores no Cotidiano Escolar”, ministrado pela Profa. Dra. Maria Suzana S. Menin . A sua relevância é justificada pelo fato da escola enfrentar hoje uma crise de valores éticos e morais que, na maioria das vezes, os educadores não sabem como lidar. É fundamental que, para promover uma maior reflexão e debate entre os educadores, alguns questionamentos sejam feitos: O que é disciplina? A disciplina favorece a educação? Que disciplina queremos para nossa escola? É importante a educação em valores na escola? Temos consciência dos valores que estamos transmitindo aos nossos alunos? Como possibilitar a formação de valores universais, tais como a solidariedade, a justiça, a democracia? Esse trabalho procurou, à luz do referenciais teóricos de Piaget(1932) e Kohlberg (1992) sobre desenvolvimento moral e das pesquisas de Buxarrais (1997) para formação de professores em educação em valores, fazer uma análise sobre o tipo de relações sociais que estão sendo vivenciadas na escola, bem como apresentar uma proposta para um trabalho de educação em valores. Os dilemas morais (reais ou hipotéticos) são o ponto de partida para as pesquisas de Kohlberg e Buxarrais considera-os como uma importante estratégia para um programa de educação em valores na escola. Apresentamos, ainda, embasados na teoria de Kohlberg, dados sobre uma pesquisa realizada com professores de três escolas públicas de Presidente Prudente. Partindo-se de um dilema extraído de uma situação real, procuramos verificar nas respostas dadas às questões sobre o dilema apresentado, a presença dos seis estágios de desenvolvimento moral descritos por Kohlberg. Não houve a preocupação de classificar cada professor nos estágios de julgamento moral, mas se buscou ilustrar os estágios mais presentes em suas respostas. Constatamos a necessidade de se buscar espaços no interior da escola, para que a educação em valores seja discutida e assumida coletivamente por toda a equipe escolar, propiciando aos alunos vivenciarem valores próprios de uma sociedade democrática e pluralista.

UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA REGIONAL: PARCERIA UNESP, ERPLAN E MUNICÍPIO DE OCAUÇU. BARROS, M. H. T. C., HIGA, M. M., LIMA, J. M., MELLO, S. A., MENDONÇA, S. G. L., MIGUEL, J.C., MILLER, S., SILVA, M. S. S., SILVA, V. P., VERÍSSIMO, M.V.B., ZABOTTO, R. C. (FFC – Unesp – Campus de Marília e ERPLAN - PROEX e UNISOL).

O projeto de extensão universitária, “Unesp em parceria com as administrações públicas: município de Ocaçu”, emergiu, no ano de 1997, do interesse da FFC da Unesp/Marília, do Escritório Regional de Articulação e Planejamento - ERPLAN e da Prefeitura Municipal de Ocaçu-SP, de estabelecerem parceria objetivando realizar levantamento pormenorizado dos problemas e possíveis demandas do Município, elaborar e desenvolver estratégias de ação conjunta com a comunidade ocaçuense e, assim, construir subsídios para a formulação de políticas públicas condizentes com a situação dos pequenos municípios do interior do Estado de São Paulo. Atualmente, são desenvolvidos em Ocaçu, quatro sub-projetos articulados ao projeto matriz e aprovados pela Pró-Reitoria de Extensão Universitária da Unesp - PROEX. Em 2000, o projeto foi aprovado pelo Programa Universidade Solidária - módulo regional e conta com recursos adicionais para atuar nas seguintes áreas: Educação Infantil, Educação de Adultos, Meio Ambiente e Dinamização da Cultura, Lazer e Cidadania. A metodologia utilizada está pautada no diagnóstico da realidade sócio-econômica do município. Os principais problemas encontrados foram: desemprego, crianças fora da escola, alcoolismo, analfabetismo, acentuada carência cultural e de lazer, altos índices de mortalidade infantil, alta frequência ao Posto de Saúde local, consumo abusivo de psicotrópicos, falta de infraestrutura

adequada para a creche e pré-escola. Cumpre destacar a intensa participação da comunidade ocauquense nas atividades conjuntamente programadas. A conscientização da comunidade e o compromisso da prefeitura com o projeto são imprescindíveis para a sua realização e posterior continuidade. O programa de coleta seletiva e reciclagem de lixo, já implementado, é um exemplo claro da necessidade de participação comunitária e institucional na solução dos problemas. Assim, as ações são implementadas com a participação de docentes, bolsistas e estagiários da FFC, técnicos do ERPLAN, funcionários da Prefeitura e das Escolas Estaduais, monitores e voluntários e segue o princípio da “ação-reflexão-ação”. Enfim, julgamos estar contribuindo para que a universidade cumpra o seu papel de elaborar programas extencionistas articulados com o ensino e a pesquisa, tendo como meta a formulação e a concretização de políticas públicas, num país tão carente de soluções para problemas, muitas vezes elementares.

